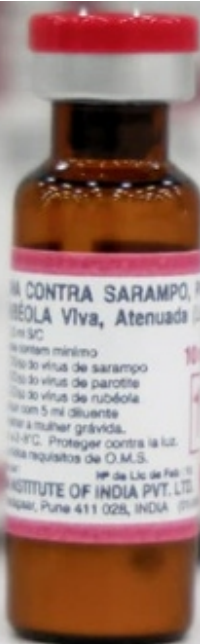


JORNAL

VIGILANTE



TERÇA - FEIRA - 11 DE AGOSTO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O MINISTÉRIO DA SAÚDE INICIA A CAMPANHA DE MULTIVACINAÇÃO 2026 PARA ATUALIZAR A CADERNETA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MENORES DE 15 ANOS E ELEVAR AS COBERTURAS VACINAIS EM TODO O PAÍS. A MOBILIZAÇÃO SEGUE ATÉ 1º DE SETEMBRO, COM DIA D NACIONAL EM 22 DE AGOSTO, E OFERECE 20 IMUNIZANTES DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO. A AÇÃO REFORÇA A PROTEÇÃO CONTRA DOENÇAS GRAVES, COMO SARAMPO, PNEUMONIAS E MENINGITES, E AMPLIA A PROTEÇÃO COLETIVA POR MEIO DA VACINAÇÃO.



EL NIÑO - 2026/2027 VAMOS NOS PREPARAR

a prevenção começa
com cada um de nós

O ESPÍRITO SANTO PODE ENFRENTAR:



CALOR INTENSO

Cuide-se,
hidrate-se
e evite
exposição
ao sol.



MENOR DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

Use a
água com
consciência.



MAIOR RISCO DE INCÊNDIOS

Não faça
queimadas.
Preserve
nossas matas
e vidas.



PREFEITURA DE
SANTA MARIA
DE JETIBÁ



DEFESA CIVIL
SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES

Em caso de emergência,
ligue (27) 99771-2022



UMA AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) IDENTIFICOU FRAGILIDADES NO ACOMPANHAMENTO DE MEDICAMENTOS DEPOIS QUE ELES CHEGAM AO MERCADO BRASILEIRO. O PRINCIPAL PROBLEMA APONTADO ESTÁ NA FRAGMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PELA ANVISA, DIFICULTANDO A INTEGRAÇÃO DE DADOS IMPORTANTES PARA DETECTAR RAPIDAMENTE POSSÍVEIS RISCOS RELACIONADOS À QUALIDADE E À SEGURANÇA DOS PRODUTOS.

ELEIÇÕES 2026

#VOTONADEMOCRACIA

ELEITORAS E ELEITORES PODERÃO ACOMPANHAR, EM TEMPO REAL, A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 PELO PORTAL RESULTADOS, DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), E PELO APLICATIVO RESULTADOS, DISPONÍVEL PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS. A PLATAFORMA PERMITIRÁ SELECIONAR O ESTADO E O MUNICÍPIO PARA CONSULTAR O AVANÇO DA TOTALIZAÇÃO EM DIFERENTES LOCALIDADES DO BRASIL, PARA TODOS OS CARGOS, ASSIM COMO SERÁ POSSÍVEL ACESSAR A VOTAÇÃO CONSOLIDADA DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL EM TODO O PAÍS E NO EXTERIOR.



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111



ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

LULA DEFENDE LIMITES NAS REDES SOCIAIS E REACENDE DEBATE SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender a criação de limites para o uso das redes sociais. A declaração ocorreu nesta quinta-feira (6), durante cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, na qual o presidente



sancionou uma nova lei voltada ao combate de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no ambiente digital. Ao abordar o tema, Lula afirmou que é favorável à liberdade de expressão, mas sustentou que esse direito não pode ser utilizado como justificativa para práticas violentas ou que atinjam a liberdade de outras pessoas. Para o presidente, a discussão sobre os limites da atividade nas plataformas digitais precisa considerar justamente a proteção de direitos individuais. O ponto mais sensível da discussão A fala de Lula coloca novamente no centro do debate uma questão que ultrapassa a disputa política: onde termina a liberdade de expressão e começa a responsabilidade pelo conteúdo publicado na internet? O argumento apresentado pelo presidente ganha força quando aplicado a crimes concretos, como exploração sexual infantil, ameaças, divulgação de material criminoso e práticas que utilizam ferramentas digitais para atacar vítimas. Nesses casos, a existência de mecanismos mais rápidos de investigação e responsabilização encontra respaldo na necessidade de proteger pessoas vulneráveis. Por outro lado, qualquer discussão sobre limites nas redes exige critérios claros. A expressão "limite" pode parecer simples, mas sua aplicação prática envolve questões complexas: quem determina o que ultrapassou a fronteira? Qual autoridade deve decidir? Quais são os mecanismos de recurso? Como evitar que medidas criadas para combater crimes sejam utilizadas para restringir manifestações

legítimas? É justamente nesse ponto que o debate deixa de ser apenas tecnológico e passa a envolver direitos fundamentais, atuação do Estado e responsabilidade das plataformas. Nova lei mira crimes contra crianças A declaração presidencial ocorreu no mesmo dia em que Lula sancionou o Projeto de Lei nº 3.066/2025, aprovado pelo Congresso Nacional. A legislação cria instrumentos para enfrentar crimes sexuais contra crianças e adolescentes praticados no ambiente digital e endurece punições para determinadas condutas. A medida também leva em consideração o avanço de tecnologias como a inteligência artificial, que pode ser utilizada na produção de conteúdos falsos ou na prática de crimes contra menores. A legislação busca acompanhar justamente essa transformação tecnológica, ampliando instrumentos de investigação e repressão. Combate ao crime digital é outro desafio Lula também chamou atenção para a velocidade com que os crimes podem se espalhar no ambiente virtual. Segundo o presidente, a resposta do poder público precisa acompanhar essa rapidez, já que conteúdos criminosos podem alcançar um grande número de pessoas em pouco tempo. A observação revela um dos principais desafios atuais para autoridades e plataformas: a velocidade da internet frequentemente supera a capacidade tradicional de investigação e reação do Estado. Isso exige investimento em tecnologia, treinamento de agentes

públicos, cooperação com empresas e aperfeiçoamento das ferramentas de investigação. Ao mesmo tempo, é necessário estabelecer salvaguardas para impedir que o combate a conteúdos criminosos se transforme em

controle indiscriminado do discurso. Liberdade e responsabilidade A declaração de Lula deve ser analisada, portanto, dentro de um contexto específico: o presidente falava durante a sanção de uma lei direcionada a crimes contra crianças e adolescentes, e não anunciava uma nova regra geral para censurar manifestações políticas nas redes. Ainda assim, o discurso abre espaço para uma discussão maior sobre o futuro da internet no Brasil. Liberdade de expressão e responsabilização por crimes não são conceitos necessariamente incompatíveis, mas a fronteira entre os dois precisa ser estabelecida por regras objetivas, transparência e respeito às garantias constitucionais. O desafio está justamente em encontrar esse equilíbrio: combater crimes reais e proteger vítimas sem transformar a necessidade de segurança digital em uma autorização genérica para restringir opiniões, críticas ou divergências políticas. Em um ano eleitoral, quando as redes sociais terão papel importante na disputa de 2026, essa discussão ganha ainda mais peso. O modo como o Brasil enfrentará desinformação, discursos violentos, conteúdos criminosos e manifestações políticas será uma das questões relevantes do debate democrático nos próximos meses. Fontes: Folha Vitória – declaração de Lula sobre os limites nas redes sociais · InfoMoney – repercussão da declaração presidencial · Política Livre – íntegra das declarações e detalhes da nova lei

SELIC CAI PARA 14% AO ANO: ENTENDA O QUE MUDA NOS INVESTIMENTOS, NO CRÉDITO E NO ORÇAMENTO

O Banco Central reduziu a taxa Selic de 14,25% para 14% ao ano, em mais um movimento de flexibilização da política monetária brasileira. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), anunciada na quarta-feira (5), representa o quarto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual. Apesar da redução, os juros continuam em um nível elevado e os efeitos para consumidores e empresas tendem a aparecer de maneira gradual. A mudança afeta praticamente toda a economia. A Selic serve como referência para diversas operações financeiras e influencia tanto o custo dos empréstimos quanto a remuneração de investimentos de renda fixa. Crédito ainda deve continuar caro. Para quem precisa contratar um empréstimo, financiar um veículo ou utilizar crédito, a redução é uma notícia positiva, mas não significa queda imediata e proporcional nas taxas cobradas pelos bancos. Isso acontece porque os juros finais incluem outros componentes, como risco de inadimplência, custos das instituições financeiras e margem bancária. Assim, mesmo com a Selic menor, o consumidor ainda pode encontrar taxas elevadas nas operações de crédito. A tendência, porém, é que um ciclo consistente de redução dos juros contribua para melhorar gradualmente as condições de financiamento e estimular o consumo e os investimentos. Investimentos de renda fixa sentem o impacto. A queda dos juros também muda o cenário para quem mantém dinheiro aplicado em investimentos atrelados à Selic ou ao CDI. Produtos como Tesouro Selic, CDBs e outros títulos de renda fixa pós-fixados continuam oferecendo remuneração relevante, mas passam a render menos conforme a taxa básica diminui. Por outro



lado, o cenário pode favorecer investimentos que já tenham sua rentabilidade contratada em determinadas condições, especialmente títulos prefixados e alguns papéis indexados à inflação, dependendo do momento da aplicação e das condições oferecidas pelo mercado. Bolsa pode ganhar espaço. Juros menores também podem favorecer o mercado de ações. Com a renda fixa pagando menos, parte dos investidores pode buscar alternativas com maior potencial de retorno. Além disso, empresas que dependem de crédito tendem a ser beneficiadas por um ambiente de juros mais baixos, pois podem reduzir despesas financeiras e encontrar condições melhores para financiar projetos e ampliar operações. Ainda assim, a Bolsa continua sujeita a riscos e oscilações, e uma redução da Selic não significa que todos os ativos de renda variável necessariamente irão subir. Inflação continua no radar. O Banco Central mantém o foco no controle da inflação e, por isso, o processo de redução dos juros tende a ser cuidadoso. A autoridade monetária sinalizou que continuará avaliando a evolução dos preços, das expectativas de inflação e das condições econômicas antes de decidir os próximos passos. O próprio cenário projetado pelo Banco Central antes da decisão já indicava uma trajetória de queda mais gradual dos juros, diante das incertezas

relacionadas à inflação. O que muda para o consumidor? Na prática, os efeitos podem ser resumidos assim: Empréstimos: tendência de melhora gradual, mas taxas ainda elevadas. Financiamentos: podem ficar mais baratos ao longo do tempo se o ciclo de cortes continuar. Cartão de crédito e cheque especial: continuam

exigindo atenção, pois possuem juros muito superiores à Selic. Renda fixa: investimentos pós-fixados passam a render um pouco menos. Bolsa de valores: pode ganhar atratividade com a redução do retorno dos investimentos conservadores. Empresas: juros menores podem reduzir custos financeiros e estimular novos investimentos. Consumidor: a melhora no crédito pode aumentar o poder de compra, mas os efeitos não são imediatos. Um corte pequeno, mas com impacto amplo. A redução de 0,25 ponto percentual pode parecer pequena no orçamento individual, mas representa mais um passo na mudança do ambiente financeiro brasileiro. O impacto maior dependerá da continuidade do ciclo de cortes e da velocidade com que as instituições financeiras repassarem a redução para suas taxas. Por enquanto, a Selic permanece em 14% ao ano, mantendo o Brasil em um cenário de juros elevados, embora com uma trajetória diferente da observada no início do ciclo. Para o consumidor, a principal recomendação é não interpretar a queda como sinal para aumentar o endividamento: comparar taxas, evitar crédito caro e reorganizar as finanças continua sendo fundamental. Fontes: Folha Vitória – Banco Central corta Selic: o que muda no seu bolso? · Banco Central do Brasil.

EX-PRESIDENTE DA APEX RENUNCIA AO CONSELHO DA CVC APÓS AFASTAMENTO



Fernando Cinelli, afastado da presidência da Apex Partners após uma investigação interna apontar

inconsistências financeiras, também renunciou ao cargo que ocupava no Conselho de Administração da CVC Corp. Cinelli havia sido eleito para o conselho da companhia em maio deste ano, mas deixou a função no mesmo dia em que foi afastado da Apex. A CVC informou que a vaga permanecerá aberta até a escolha de

um novo conselheiro. O afastamento de Cinelli ocorreu em meio a uma apuração interna que também envolveu o então diretor financeiro da Apex, Eduardo Siqueira. O caso ainda está sendo investigado, e não há, até o momento, conclusão pública sobre eventuais responsabilidades individuais. Os desdobramentos também chamaram a atenção do mercado financeiro e deverão ser acompanhados por órgãos reguladores. A Apex afirma que as apurações seguem em andamento.

TCU IDENTIFICA FALHAS NO SISTEMA DE CONTROLE DE MEDICAMENTOS DA ANVISA

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou fragilidades no acompanhamento de medicamentos depois que eles chegam ao mercado brasileiro. O principal problema apontado está na fragmentação das informações utilizadas pela Anvisa, dificultando a integração de dados importantes para detectar rapidamente possíveis riscos relacionados à qualidade e à segurança dos produtos. O levantamento mostra que diferentes sistemas utilizados pela agência não estão suficientemente integrados. Segundo o TCU, essa situação pode prejudicar a análise de reclamações e notificações sobre medicamentos e tornar mais lenta a identificação de problemas envolvendo determinados produtos ou lotes. TCU determina plano de ação. Diante das falhas encontradas, o tribunal determinou que a Anvisa apresente, em até 120 dias, um plano detalhado para melhorar a integração das informações relacionadas às chamadas queixas técnicas — registros de possíveis problemas de qualidade nos medicamentos. Uma das recomendações é aproximar as bases do Periweb e do VigiMed, permitindo que os dados sejam compartilhados de maneira mais eficiente. O tribunal também recomendou mecanismos automáticos de validação no momento do registro das reclamações, reduzindo erros de preenchimento que podem dificultar a identificação de fabricantes e lotes envolvidos. A medida está diretamente relacionada à farmacovigilância, área responsável pelo acompanhamento dos medicamentos depois de sua comercialização. O objetivo



é permitir que eventuais reações adversas, problemas de qualidade ou outros sinais de risco sejam identificados e avaliados com maior rapidez. Comunicação com pacientes e profissionais. O TCU também recomendou que a Anvisa desenvolva uma estratégia específica de comunicação sobre farmacovigilância. A proposta inclui ampliar a orientação para que consumidores e profissionais de saúde saibam como registrar ocorrências relacionadas aos medicamentos. Entre as medidas destacadas está a importância de preservar a embalagem do produto e informar corretamente o resultado de uma eventual reação adversa. Essas informações podem ser fundamentais para identificar o medicamento, o fabricante e o lote envolvido em determinado problema. Integração com o Ministério da Saúde. Outra recomendação envolve uma atuação mais integrada entre a Anvisa e o Ministério da Saúde. O TCU apontou a necessidade de articulação com a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para garantir que as demandas relacionadas à vigilância sanitária tenham condições orçamentárias para serem executadas. O tribunal também chamou

atenção para a necessidade de realização de análises de impacto regulatório antes de determinadas mudanças nas normas que afetam medicamentos. A avaliação serve para antecipar possíveis consequências de novas regras e ajudar na escolha de medidas capazes de reduzir riscos. Parte da auditoria permanecerá sob sigilo. O relatório completo da fiscalização não será divulgado imediatamente. Um trecho da auditoria foi mantido sob sigilo até março

de 2027, em razão de uma inspeção definitiva da Organização Mundial da Saúde (OMS) na Anvisa. Segundo as informações divulgadas, a restrição busca proteger dados considerados sensíveis sobre a estrutura dos sistemas da agência durante o processo de avaliação internacional. A previsão é que o conteúdo integral seja disponibilizado após a divulgação do relatório da OMS. A auditoria não significa que todos os medicamentos comercializados no país apresentem problemas. O alerta do TCU está concentrado principalmente na estrutura utilizada para acompanhar e cruzar informações depois do registro dos produtos, apontando a necessidade de sistemas mais integrados e mecanismos capazes de acelerar a identificação de possíveis riscos à população. A Anvisa deverá agora apresentar as medidas que pretende adotar para corrigir as fragilidades apontadas e aprimorar o acompanhamento dos medicamentos em circulação no Brasil. Fontes: O Tempo – TCU aponta falhas no controle de remédios da Anvisa · TCU – Tribunal de Contas da União · Anvisa

TCU IDENTIFICA FALHAS NO SISTEMA DE CONTROLE DE MEDICAMENTOS DA ANVISA

O Itaú Unibanco lançou o movimento institucional ia.i, uma nova experiência baseada em inteligência artificial generativa que busca mudar a maneira como os clientes se relacionam com o banco. A proposta combina tecnologia, atendimento personalizado e linguagem natural, colocando a participação humana como elemento central do processo. A ferramenta permite que o cliente converse com o banco por texto ou voz diretamente pelo aplicativo, sem precisar percorrer uma sequência de menus para encontrar determinado serviço. A inteligência artificial utiliza informações do relacionamento do usuário com a instituição e seu contexto financeiro para responder perguntas, orientar decisões e, em determinadas situações, executar operações. Tecnologia com foco nas pessoas. A estratégia do Itaú procura se afastar da ideia de que a inteligência artificial deve simplesmente substituir o atendimento humano. A proposta apresentada pelo banco é utilizar a tecnologia para ampliar a capacidade de compreender as necessidades de cada cliente e oferecer respostas mais

contextualizadas. O conceito também aparece na campanha publicitária da novidade. Em vez de apostar exclusivamente em recursos digitais, a produção utilizou película, objetos físicos e música gravada em fita, criando um contraste proposital entre técnicas tradicionais e uma tecnologia de última geração. Segundo o banco, a intenção é reforçar que a inovação pode aumentar as possibilidades oferecidas pela tecnologia sem retirar das pessoas a autonomia para tomar suas próprias decisões. Por que “ia.i”? O nome da ferramenta faz referência a Inteligência Artificial Itaú, mas também foi pensado para lembrar a expressão cotidiana “e aí?”, utilizada normalmente para iniciar uma conversa. A escolha procura transmitir justamente essa ideia de proximidade: transformar a interação com o banco em uma conversa mais simples e natural, na qual o cliente possa apresentar dúvidas ou necessidades utilizando sua própria

linguagem. A campanha representa uma nova etapa na estratégia de inteligência artificial do Itaú e mostra como os grandes bancos estão ampliando o uso da tecnologia para tornar serviços financeiros mais personalizados. Com a ia.i, o Itaú aposta que o futuro do relacionamento entre bancos e clientes não será apenas digital, mas baseado na combinação entre velocidade da inteligência artificial, contexto financeiro e capacidade humana de escolher e decidir. Fonte principal: Folha Vitória – Itaú Unibanco lança o movimento institucional ia.i



RESULTADOS DAS ELEIÇÕES 2026 PODERÃO SER ACOMPANHADOS EM TEMPO REAL

Eleitoras e eleitores poderão acompanhar, em tempo real, a divulgação dos resultados das Eleições Gerais de 2026 pelo Portal Resultados, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e pelo aplicativo Resultados, disponível para dispositivos móveis. A plataforma permitirá selecionar o estado e o município para consultar o avanço da totalização em diferentes localidades do Brasil, para todos os cargos, assim como será possível acessar a votação consolidada da eleição presidencial em todo o país e no exterior. A divulgação começará a partir das 17h, horário de Brasília, após o encerramento da votação, simultaneamente para todas as unidades da Federação e, inclusive, para os votos destinados ao cargo de presidente da República recebidos do exterior. A regra vale tanto para o 1º turno,



marcado para 4 de outubro, quanto para eventual 2º turno, em 25 de outubro. Os dados serão atualizados na medida em que os boletins de urna forem recebidos e processados pelos sistemas da Justiça Eleitoral, possibilitando o acompanhamento contínuo da totalização em todo o país, inclusive quanto à porcentagem totalizada dos votos computados, dos votos em branco, dos votos nulos e do comparecimento do

eleitorado. Além da consulta aos resultados, o TSE disponibilizará na internet os boletins de urna enviados para a totalização, que podem ser comparados em tempo real com os obtidos nas seções, impressos pela urna eletrônica ou a partir da leitura dos QR Codes pelo aplicativo Boletim na Mão ou por qualquer outro com a mesma finalidade.

Após o encerramento da totalização, os boletins utilizados na totalização também serão publicados no Portal de Dados Abertos do TSE, ampliando as possibilidades de fiscalização e conferência dos dados divulgados.

Fonte: TSE

BYD AMPLIA ESTRATÉGIA PARA CARROS ELÉTRICOS E PASSA A OFERECER SISTEMA DE ENERGIA SOLAR AOS CLIENTES

A compra de um carro elétrico começa a ganhar uma nova dimensão no Brasil. A BYD passou a oferecer aos consumidores a possibilidade de contratar um sistema de geração de energia solar junto com a aquisição do veículo, aproximando a mobilidade elétrica da produção doméstica de eletricidade. A proposta acompanha uma mudança no perfil de quem opta por um automóvel elétrico. Além do preço e da autonomia, o consumidor precisa considerar como irá recarregar a bateria. Nesse cenário, a instalação de painéis fotovoltaicos em casa pode transformar parte da energia utilizada pelo veículo em uma geração própria, reduzindo a dependência da rede elétrica. Carro e energia passam a fazer parte do mesmo planejamento. A estratégia da BYD amplia o conceito de venda de um veículo elétrico. Em vez de oferecer apenas o automóvel, a empresa passa a apresentar também uma solução relacionada à infraestrutura necessária para sua utilização. Para o proprietário que possui residência adequada para a instalação dos equipamentos, a geração solar pode ajudar a diminuir os gastos com recargas ao longo do tempo. A economia, entretanto, não é igual para todos os consumidores e depende de fatores como consumo de energia da residência, quantidade de eletricidade produzida pelos painéis e frequência de utilização do carro. Por isso, a instalação de um sistema fotovoltaico deve ser analisada individualmente. O investimento inicial, as características do imóvel e o consumo mensal são fatores importantes para determinar se a solução será financeiramente vantajosa. Movimento acompanha crescimento dos elétricos. A iniciativa surge em um momento de expansão da BYD no mercado brasileiro. A montadora vem ampliando sua produção nacional e sua participação no setor de veículos eletrificados. A fábrica de Camaçari,

na Bahia, já produz veículos elétricos e faz parte de uma estratégia maior de nacionalização da operação. Em julho de 2026, a empresa registrou seu melhor desempenho mensal no Brasil, com 23.465 veículos vendidos, segundo dados divulgados pela própria companhia e reportados pela Reuters. O resultado levou a marca a uma participação de aproximadamente 9,1% nas vendas brasileiras naquele mês. Esse crescimento aumenta também a necessidade de soluções para a recarga dos automóveis. Com mais veículos elétricos circulando, a infraestrutura residencial passa a ter papel cada vez mais relevante na experiência dos proprietários. Energia solar pode ser um diferencial. A combinação entre geração fotovoltaica e carro elétrico pode representar uma mudança importante no planejamento financeiro dos consumidores. Em determinadas condições, o proprietário pode produzir durante o dia parte da energia necessária para abastecer o veículo, diminuindo o custo operacional. Ainda assim, a tecnologia não significa que o carro passe a ser abastecido exclusivamente pelo sol. A quantidade de energia gerada depende da capacidade do sistema instalado e das condições de exposição solar. Além disso, o consumo do automóvel varia de acordo com distância percorrida, velocidade, temperatura e estilo de condução. O avanço da proposta também acompanha uma tendência mais ampla de integração entre mobilidade

elétrica, geração renovável e armazenamento de energia. Estudos recentes apontam que a utilização de energia solar em veículos elétricos faz parte de uma busca por alternativas capazes de reduzir o impacto ambiental do transporte e ampliar o uso de fontes renováveis. Um mercado que começa a vender mais do que carros. A estratégia da BYD sinaliza uma transformação no próprio mercado automotivo. Com a eletrificação, empresas do setor passam a disputar não apenas a venda do veículo, mas também soluções relacionadas à energia, carregamento e infraestrutura. Para o consumidor, isso pode significar mais opções para reduzir o custo de utilização do carro no longo prazo. Para as montadoras, representa uma oportunidade de criar novos serviços e ampliar a relação com o proprietário depois da compra. A tendência é que, com o crescimento dos veículos elétricos no Brasil, soluções que integrem carro, carregador e geração de energia se tornem cada vez mais comuns. Fonte principal: Folha Vitória – BYD passa a oferecer energia solar junto com carro elétrico



TJES ASSINA PACTO CAPIXABA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E REFORÇA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA CRIANÇAS

Iniciativa reúne instituições públicas para fortalecer as políticas voltadas às crianças de até seis anos de idade.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) integrou, nesta quarta-feira (5), a assinatura do Pacto Capixaba pela Primeira Infância, iniciativa que reúne instituições públicas para fortalecer as políticas voltadas às crianças de até seis anos de idade. A solenidade foi realizada durante a Jornada Capixaba pela Primeira Infância, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), em Vitória.

Além do TJES, são instituições fundadoras do pacto o TCE-ES, o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), o Governo do Estado, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa e a Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes). Juntas, elas passam a integrar a Rede Capixaba pela Primeira Infância, criada para fortalecer a articulação entre os órgãos públicos e os municípios na formulação e execução de políticas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Compuseram a mesa de honra a presidente do TJES; o presidente do TCE-ES, conselheiro Luiz Carlos Cicilotti; a promotora de Justiça Renata Lordello Colnago; a defensora pública Adriana Peres; o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e prefeito de Nova Venécia, Mário Sérgio Lubiana; o deputado estadual Mazinho dos Anjos, representando a Assembleia Legislativa; a secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Fernanda Mota Gonçalves; e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e coordenador



nacional da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para os assuntos da Primeira Infância, Edson Ferrari. Compromisso

Durante a cerimônia, a presidente do TJES, desembargadora Janete Vargas Simões, ressaltou que investir na primeira infância significa investir no futuro da sociedade. Ela destacou que o Espírito Santo possui percentual de crianças nessa faixa etária superior à média nacional e defendeu a ampliação das políticas públicas voltadas ao atendimento desse público.

“Pensar na criança, pensar na primeira infância, é pensar na sociedade futura. No Espírito Santo, 8,9% da população é formada por crianças na primeira infância, percentual superior à média nacional. Ao mesmo tempo, apenas cerca de 34% das crianças de zero a quatro anos estão em creches, o que demonstra a necessidade de ampliar as estruturas e as políticas públicas voltadas para essa fase da vida”.

A desembargadora também chamou atenção para os elevados índices de violência contra crianças e destacou a importância da atuação

integrada das instituições.

“Como magistrada, digo que não há processo mais doloroso do que aqueles que envolvem violência contra crianças. Muitas vezes, essa violência acontece justamente no espaço em que elas deveriam encontrar a maior proteção. Não se trata de uma questão política, mas de uma prioridade absoluta”.

Ao reafirmar o compromisso do Poder Judiciário com a iniciativa, a presidente destacou que a atuação conjunta entre os órgãos públicos é essencial para garantir o desenvolvimento das crianças.

“O Tribunal de Justiça, ao lado do Tribunal de Contas, do Governo do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Assembleia Legislativa e dos municípios, se compromete a integrar efetivamente todas as ações necessárias para que as crianças tenham a possibilidade de sonhar e de crescer em um ambiente com escuta ativa, dignidade e acolhimento”.

Representando ainda o Poder Judiciário estadual, participaram também da solenidade o supervisor das Varas da Infância e Juventude, desembargador Raphael Americano Câmara, e o secretário-geral do TJES, juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja.

A Jornada Capixaba pela Primeira Infância reuniu gestores públicos, representantes do sistema de Justiça e profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social para discutir estratégias voltadas à promoção dos direitos das crianças e ao fortalecimento das políticas públicas destinadas à primeira infância no Espírito Santo.

Vitória, 5 de agosto de 2026

OPERAÇÃO INVESTIGA GRUPO SUSPEITO DE PLANEJAR ATAQUES EM BRASÍLIA DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2026

A convocação foi formalizada pela Resolução nº 38/2026, aprovada por unanimidade pelo Tribunal Pleno em sessão administrativa realizada no último dia 30 de julho e publicada em 31 de julho.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) realizou, nesta quarta-feira (5), a posse do juiz de Direito Paulo Abiguenem Abib, convocado para compor, como suplente, a 3ª Turma Recursal. A convocação foi formalizada pela Resolução nº 38/2026, aprovada por unanimidade pelo Tribunal Pleno em sessão administrativa realizada no último dia 30 de julho e publicada em 31 de julho.

A medida representa mais um passo na implementação das mudanças promovidas pelo Poder Judiciário para fortalecer a estrutura das Turmas Recursais, responsáveis pelo julgamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais.

Essa posse foi viabilizada após a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar 2/2026, encaminhado pelo TJES, que alterou a Lei Complementar nº 234/2002 para ampliar a composição das Turmas Recursais e modernizar sua

organização e funcionamento.

Com a nova legislação, cada Turma Recursal passa a ser composta por até cinco juízes efetivos e dois suplentes, ampliando a capacidade de atuação desses órgãos responsáveis pelo julgamento dos recursos dos Juizados Especiais.

“Agradeço pelos apoios da Augusta Assembleia Legislativa e do Tribunal Pleno do TJES, que permitiram o prosseguimento desse novo tipo de modelo e a ressignificação das Turmas Recursais”, destacou o supervisor dos Juizados Especiais, desembargador Marcos Valls Feu Rosa.

O juiz de Direito demonstrou sua motivação. “Eu fico muito grato de novamente compor a 3ª Turma Recursal. Meu nome foi homologado por unanimidade pelo Tribunal de Justiça. São 31 anos de magistratura, mas com a mesma disposição de prestar a efetiva Justiça”.

Além da ampliação da composição, a lei conferiu ao Tribunal Pleno competência para regulamentar, por

resolução, aspectos relacionados à organização e ao funcionamento das Turmas Recursais, do Plenário do Colegiado Recursal e da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei. Entre os temas previstos estão os critérios de seleção dos magistrados, a duração dos mandatos, a possibilidade de dedicação exclusiva, a estrutura administrativa e os mecanismos de uniformização da jurisprudência.

Vitória, 5 de agosto de 2026



MÁQUINA DE CAFÉ DE 1953 VIRA SÍMBOLO DE MEMÓRIA E CULTURA NO CAPARAÓ

Uma antiga máquina de beneficiar café, fabricada em 1953, ganhou uma nova função no Caparaó: em vez de apenas representar o passado da cafeicultura, agora ajuda a contar histórias de quem viveu e construiu a região. O equipamento será um dos destaques da Sala de Memórias – Máquina do Tempo, que será inaugurada no Armazém Multiverso Caparaó, em Patrimônio da Penha, distrito de Divino de São Lourenço. A proposta faz parte do Museu do Depois do Amanhã, iniciativa

que busca preservar relatos da comunidade e estimular reflexões sobre as transformações vividas no Caparaó. O novo espaço reúne depoimentos de mais de 50 moradores idosos, que compartilharam lembranças relacionadas à produção de café, festas, migrações, estradas, rios, técnicas de trabalho e costumes que marcaram diferentes gerações. A máquina, que durante décadas esteve ligada diretamente ao processamento do café, passou por um processo de desmontagem, restauração e remontagem. O trabalho contou com a participação da equipe do Armazém Multiverso, carpinteiros tradicionais e moradores da região. Agora, o antigo equipamento será apresentado como uma instalação interativa, combinando elementos físicos e tecnologia. A experiência utilizará projeções, sons, fotografias, documentos, objetos e recursos digitais para aproximar os



visitantes das memórias do território. Dessa maneira, a máquina deixa de ser apenas uma peça antiga e passa a funcionar como uma espécie de ponte entre diferentes períodos da história do Caparaó. Da produção de café à preservação da memória. A escolha da máquina não é por acaso. A cafeicultura está profundamente relacionada à formação econômica e cultural de diversas comunidades do Caparaó. Ao transformar um equipamento utilizado no trabalho rural em objeto de arte e memória, o projeto também valoriza conhecimentos, ferramentas e modos de vida que poderiam desaparecer com o passar das gerações. A iniciativa acompanha uma tendência de valorização da memória rural e do patrimônio cultural, transformando objetos do cotidiano em instrumentos para contar histórias. No caso do Caparaó, a proposta une agricultura, cultura, arte e tecnologia para apresentar ao público diferentes perspectivas sobre a vida na

região. O próprio Armazém Multiverso possui uma história ligada à cafeicultura. O espaço funciona desde 2018 como centro cultural rural e foi reconstruído a partir de um antigo armazém beneficiador de café que estava desativado havia mais de quatro décadas. A estrutura original foi desmontada em Santa Marta, também na região do Caparaó, e posteriormente remontada no atual endereço. Festival reúne cultura e participação comunitária. A abertura da Sala de Memórias integra a

programação do Festival de Inverno do Armazém Multiverso, que acontece nos dias 7 e 8 de agosto e tem atividades gratuitas. Além das visitas guiadas ao novo espaço, o público poderá acompanhar apresentações musicais, projeções e outras atividades culturais. No sábado, a programação inclui ainda cortejo pelas ruas de Patrimônio da Penha, feira cultural, vivências, exposição de processos artísticos e novas visitas à Sala de Memórias. Mais do que preservar uma máquina antiga, o projeto busca manter vivas as histórias associadas a ela. No Caparaó, um equipamento que um dia fez parte da rotina dos produtores de café agora ganha um novo significado: servir como testemunha material de uma região, de seus trabalhadores e das memórias que atravessam gerações. Fonte: Folha Vitória – Peça usada na cafeicultura há mais de 70 anos agora conta histórias do Caparaó

ESPÍRITO SANTO ALCANÇA 3º MELHOR RESULTADO DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO PELO IDEB

O Espírito Santo terminou entre os estados com melhor desempenho do país no Ideb 2025, com destaque para o ensino médio. O Estado registrou nota 4,9, avanço em relação aos 4,8 obtidos na edição anterior e o melhor resultado de sua série histórica. Com a marca, o Espírito Santo aparece empatado com o Rio de Janeiro e atrás apenas de Paraná, com 5,1, e Piauí, com 5,0. O resultado coloca a educação capixaba novamente em evidência no cenário nacional. O avanço não ficou restrito ao ensino médio: o Estado também alcançou seus melhores índices históricos nos demais níveis avaliados. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a nota foi 6,6, a quarta maior do Brasil. Já nos anos finais, o Espírito Santo chegou a 5,4, ficando entre os oito melhores desempenhos nacionais. Interior ganha destaque. Um dos aspectos que mais chama atenção no levantamento é a força das escolas do interior. As 20 primeiras posições entre as escolas estaduais capixabas são ocupadas por unidades localizadas fora da Grande Vitória. A liderança estadual ficou com a EEEFM Virginia Nova, de Rio Novo do Sul, que alcançou 7,0 no Ideb. A escola apresentou uma evolução expressiva: havia registrado 5,5 na edição anterior e agora saltou para o primeiro lugar do ranking. Na sequência aparecem a EEEFM Victorio Bravim, de Marechal Floriano, com 6,1, e três

escolas empatadas com 6,0: EEEFM Ponto do Alto, de Domingos Martins, EEEFM Agostinho Agrizzi e EEEFM Guilherme Milaneze, ambas de Vargem Alta. Também aparecem entre os melhores resultados escolas de Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Brejetuba, Laranja da Terra, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Marataízes, Marilândia, Muniz Freire e Santa Maria de Jetibá. Municípios também se destacam. Na avaliação por município, Marechal Floriano e Vargem Alta dividem a liderança, ambos com Ideb de 5,8. Marilândia aparece logo atrás, com 5,7, enquanto Alto Rio Novo e Laranja da Terra registraram 5,6. O ranking dos nove municípios capixabas com melhor desempenho no ensino médio ficou assim: Marechal Floriano – 5,8; Vargem Alta – 5,8; Marilândia – 5,7; Alto Rio Novo – 5,6; Laranja da Terra – 5,6; Domingos Martins – 5,5; Marataízes – 5,5; Muniz Freire – 5,5; Nova Venécia – 5,5. Entre os maiores municípios do Estado, Vitória marcou 4,9, enquanto Serra alcançou 4,8 e Cariacica e Vila Velha registraram 4,7 na rede estadual. O que o Ideb mede? Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica combina dois componentes principais: o

desempenho dos estudantes nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb e os indicadores de fluxo escolar, que consideram aprovação e reprovação. A escala varia de 0 a 10 e permite comparar o desempenho de redes, municípios, estados e escolas. O resultado de 2025 reforça, portanto, uma trajetória positiva para a educação do Espírito Santo. O avanço estadual e o desempenho expressivo de escolas do interior mostram que boas práticas educacionais estão produzindo resultados em diferentes regiões do Estado, ao mesmo tempo em que os números ajudam a identificar onde ainda existem desafios a serem enfrentados. Fonte: Folha Vitória – Educação



MINISTÉRIO DA SAÚDE REFORÇA VACINAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA SARAMPO, PNEUMONIAS E OUTRAS DOENÇAS

O Ministério da Saúde inicia a Campanha de Multivacinação 2026 para atualizar a caderneta de crianças e adolescentes menores de 15 anos e elevar as coberturas vacinais em todo o país. A mobilização segue até 1º de setembro, com Dia D nacional em 22 de agosto, e oferece 20 imunizantes do Calendário Nacional de Vacinação. A ação reforça a proteção contra doenças graves, como sarampo, pneumonias e meningites, e amplia a proteção coletiva por meio da vacinação.

“Estamos recuperando a cobertura vacinal, mas sempre temos que manter isso atualizado. Também estamos chamando a atenção para o reforço da vacina do sarampo. Outros países do mundo pararam de vacinar, tiveram explosão de casos de sarampo. Os Estados Unidos estão vivendo o maior surto de sarampo nos últimos 35 anos da história deles. E esses casos vêm para o Brasil, de forma importada”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que acompanhou, nesta sexta-feira (7), a distribuição de doses de vacinas no Almoxarifado Central de Guarulhos. Para viabilizar a ação, 1,5 milhão de doses de vacinas foram distribuídas aos estados. Ao longo de 2026, o Ministério da Saúde já destinou mais de 177 milhões de doses aos estados e ao Distrito Federal, garantindo o abastecimento da rede e o apoio às estratégias de vacinação.

A vacinação é a principal forma de prevenção contra doenças imunopreveníveis. Manter altas coberturas é fundamental para proteger crianças e adolescentes, reduzir a circulação de vírus e bactérias e evitar o retorno ou a disseminação de doenças que podem causar complicações graves, sequelas e até mortes.

Entre as doenças que podem ser evitadas pela vacinação estão formas graves de tuberculose, hepatites A e B, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite, infecções por rotavírus, pneumonias e meningites causadas por pneumococos e meningococos, influenza (gripe), covid-19, febre amarela, sarampo, caxumba, rubéola, varicela (catapora), infecções pelo papilomavírus humano (HPV) e dengue.

Esta é a primeira edição da multivacinação com a vacina pneumocócica 20-valente (Pneumo 20), incorporada neste ano ao Calendário Nacional de Vacinação. O imunizante amplia a proteção contra doenças causadas pelo pneumococo, incluindo pneumonias e meningites, e é indicado para crianças menores de 5 anos, conforme o esquema vacinal.

A mobilização também contempla atualizações recentes do calendário, como a oferta da vacina contra a dengue para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e a vacinação contra a covid-19 para crianças, conforme as indicações específicas de cada imunizante.

A vacinação será seletiva. Os profissionais de saúde vão conferir a caderneta e aplicar somente as doses necessárias para iniciar ou completar o esquema previsto. Pais e responsáveis devem levar o documento aos serviços de vacinação.

Vacinas disponíveis

Durante a estratégia, poderão ser ofertadas, conforme idade, histórico vacinal e indicação:

BCG;

Hepatite B;
Penta (DTP/Hib/HB);
Poliomielite (VIP);
Rotavírus humano;
Pneumocócica conjugada 10-valente e 20-valente;
Meningocócica C;
Influenza;
Covid-19;
Febre amarela;
Meningocócica ACWY;
Tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola);
Varicela;
DTP;
Hepatite A;
dT;
HPV4;
Dengue tetravalente.

Vacinação contra o sarampo

Como parte da mobilização, o Ministério da Saúde intensificará a vacinação contra o sarampo nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo. Nesses três municípios, a orientação é ampliar a oferta da vacina para todas as pessoas de 6 meses a 59 anos, de forma indiscriminada, durante a estratégia.

“Nós estamos chamando pessoas até 59 anos para se vacinar contra o sarampo, para a gente ter garantia do bloqueio, não deixar acontecer no Brasil o que está acontecendo nos Estados Unidos hoje, e nem o que aconteceu em São Paulo em 2019, que chegou a 20 mil casos de sarampo. A campanha vai até o dia 1º de setembro. O Ministério da Saúde distribuiu quase 180 milhões de doses de vacinas para crianças e adolescentes em todo o país”, informou o ministro.

A medida foi adotada após o registro de casos de sarampo relacionados à importação do vírus e busca elevar a cobertura vacinal, ampliar a proteção da população e reduzir o risco de transmissão.

A vacina utilizada é a tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Para crianças de 6 a 11 meses, a chamada dose zero é uma dose adicional e não substitui as doses de rotina, que devem ser aplicadas aos 12 e aos 15 meses. A necessidade de vacinação das demais faixas etárias será verificada pelos profissionais de saúde de acordo com a idade e o histórico vacinal.

A atualização da caderneta durante a campanha também permite identificar e corrigir eventuais atrasos na vacinação contra outras doenças previstas no Calendário Nacional.

Abastecimento

Para a Campanha de Multivacinação, o Ministério da

Saúde distribuiu 1,5 milhões de doses aos estados. Em 2026, o Ministério da Saúde já distribuiu mais de 177 milhões de doses de vacinas aos estados e ao Distrito Federal para garantir o abastecimento da rede e apoiar as estratégias de vacinação.

Na estratégia de intensificação contra o sarampo, mais de 7,2 milhões de doses da vacina tríplice viral já foram distribuídas em 2026 aos estados e municípios. Desse total, cerca de 2,9 milhões já foram aplicadas no país. Em São Paulo, 3,2 milhões de doses da vacina tríplice viral foram destinadas ao reforço do abastecimento, garantindo a continuidade da vacinação contra o sarampo.

Até o momento, foram aplicadas mais de 94,8 milhões de doses das vacinas previstas no Calendário Nacional de Vacinação. Em 2025, foram administradas 170,8 milhões de doses em todo o país.

Durante a Campanha de Multivacinação de 2025, foram aplicadas mais de 7,5 milhões de doses em todo o país, sendo cerca de 1 milhão durante o Dia D. Novo reforço contra a poliomielite
Desde 3 de agosto de 2026, o esquema de vacinação contra a poliomielite passou a incluir o segundo reforço da vacina poliomielite (VIP) aos 4 anos de idade.

A mudança complementa o esquema exclusivamente com VIP adotado pelo Brasil desde 2024 e reforça a proteção contra a poliomielite, doença que ainda não foi erradicada mundialmente. O Brasil não registra casos de poliomielite há décadas e mantém a vacinação como principal medida para evitar a reintrodução do poliovírus. Por isso, é fundamental que as crianças recebam todas as doses previstas no Calendário Nacional de Vacinação.

Melhora na vacinação infantil

Dados divulgados em 14 de julho pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam melhora na vacinação infantil no Brasil. O número de crianças que não receberam a primeira dose da vacina Penta (DTP/Hib/HepB) caiu de 360 mil, em 2023, para 50 mil, em 2025, redução de cerca de 90%.

De acordo com as Estimativas OMS-Unicef de Cobertura Vacinal Nacional (WUENIC), o número de crianças zero-dose no Brasil caiu de 360 mil, em 2023, para 255 mil em 2024 e 50 mil em 2025. O resultado representa redução de aproximadamente 86% em relação ao ano anterior e de quase 90% na comparação com 2023.

Segundo as estimativas, o Brasil vem melhorando a cobertura vacinal e reduzindo o número de crianças zero-dose. O resultado reforça a importância da manutenção de altas coberturas e da busca ativa para garantir que crianças e adolescentes estejam protegidos com todas as vacinas previstas no Calendário Nacional.

João Vitor Moura
Ministério da Saúde
Categoria
Saúde e Vigilância Sanitária



Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35